

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1º SEM 2021



DESENVOLVE SP O BANCO DO EMPREENDEDOR



DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR



Secretaria da
Fazenda e Planejamento

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	14
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	15
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	16
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	18
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
1 - Contexto operacional.....	19
2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	19
3 - Principais práticas contábeis	20
4 - Caixa e equivalentes de caixa.....	23
5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24
6 - Operações de crédito.....	25
7 - Outros Ativos.....	28
8 - Imobilizado e Intangível.....	28
9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros	29
10- Obrigações fiscais correntes e diferidas	30
11 - Outros Passivos	30
12 - Patrimônio líquido	31
13 - Desdobramento das contas de resultado.....	32
14 - Imposto de renda e contribuição social	34
15 - Transações com partes relacionadas	35
16 - Contingências.....	36
17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN).....	37
18 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)	37
19 - Integração entre os riscos	37
20 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital	37
21 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital.....	38
22 - Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3	40
23 - Programa de Testes de Estresse.....	40
24 - Relatórios	40
25 - Limites Operacionais	40
26 - Análise de Sensibilidade	41
27 - Outras Informações	42
28 - Eventos Subsequentes.....	44
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	46
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR

Desenvolve SP, o Banco do Empreendedor, é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, tem por objetivo atender as micro, pequenas e médias empresas e os municípios paulistas, por meio de opções de crédito sustentável, colaborando diretamente para a qualidade de vida da população. Sua atividade fim é o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando ao aumento da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

A instituição, que completou doze anos de atuação em março deste ano, possui sede na capital do estado de São Paulo.

O Desenvolve SP vem atuando na forma do seu Estatuto Social, de modo a promover o desenvolvimento econômico e social no Estado de São Paulo, concebendo e implantando ações de fomento.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Saúde e do Centro de Contingência e do Comitê Administrativo Extraordinário, vem atuando diariamente para o combate ao Covid-19, no âmbito da saúde, com medidas administrativas, econômicas e sociais. O Desenvolve SP, integrado a esse programa, está atuando em medidas na área do crédito de ajuda às micro, pequenas e médias empresas, em especial com condições diferenciadas para os setores do turismo, cultura, economia criativa e comércio.

Neste semestre, com a recidiva da pandemia de Covid-19, as empresas ainda precisaram de apoio para manter empregos e manter seu fluxo operacional. Por isso, o Governo do Estado de São Paulo autorizou o aumento de capital, por meio de aporte, conforme Decreto nº 65.500, de 04 de fevereiro de 2021, autorizando a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Fazenda e Planejamento para repasse ao Desenvolve SP, no valor de R\$ 51 milhões.

Porém, com o esgotamento desses recursos, e considerando a demanda ainda existente de crédito, o Governo do Estado de São Paulo autorizou, por meio do Decreto nº 65.661, de 28 de abril de 2021, uma abertura de novo crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Fazenda e Planejamento para repasse ao Desenvolve SP, visando ao atendimento de Despesas de Capital, por meio de aporte, no valor de R\$ 18 milhões.

Com isso, em 2021, o Capital Social do Desenvolve SP passou a ser de R\$ 1.156.475.739,97 (um bilhão, cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos).

A recidiva da pandemia dominou as páginas dos jornais no início do primeiro semestre. Novamente as empresas precisaram de crédito para capital de giro diante da paralisação das atividades e o Desenvolve SP agiu rapidamente para fornecer linhas de crédito que suprissem a necessidade. Houve ampla divulgação das linhas lançadas em fevereiro e março, incluindo pauta sobre o fato de que mais de mil empreendedores solicitaram crédito apenas nas primeiras 24 horas de disponibilização. Em decorrência da sua atuação, somente no primeiro semestre de 2021, o Desenvolve SP apareceu em 2.286 matérias na imprensa.

Prezando também pelo seu público interno, o Desenvolve SP lançou, neste semestre, uma *newsletter*, enviada mensalmente a todos os colaboradores, com notícias do banco em primeira mão, agendas,

seleção de notícias importantes para o exercício de suas funções, atualizações sobre a pandemia e a vacinação, mensagem do presidente sobre o balanço das realizações do mês, aparições na mídia, informes das áreas e aniversariantes do próximo mês.

1.1 Ambiental, Social e Governança

O Desenvolve SP, como braço financeiro do Governo do Estado de São Paulo, tem como missão o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado, e vem atuando cada vez mais alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela ONU na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como aos preceitos do *Environmental, Social and Governance* (ESG), ou, em português, Ambiental, Social e Governança (ASG). No primeiro semestre de 2021, foi aprovado o Relatório de Sustentabilidade 2020, elaborado em conformidade com a opção Essencial das diretrizes e recomendações das normas da *Global Reporting Initiative* (GRI), organização internacional, que tem como missão desenvolver e divulgar as diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, de aplicabilidade global.

Como mais uma iniciativa alinhada a esses princípios, foi instituído, em 2021, o Programa Socioambiental Desenvolve SP com o objetivo de apoiar iniciativas, projetos e investimentos em políticas públicas associados a ações ambientais, sociais e de governança (ESG), de forma a cumprir o papel social da nossa instituição e a adoção de melhores práticas de governança corporativa, promovendo a melhoria das condições de vida e colaborando com o desenvolvimento sustentável no estado de São Paulo.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável passaram a fazer parte das mídias sociais do Desenvolve SP. Toda sexta-feira, um *post* com um ODS é publicado com respostas a perguntas de empreendedores sobre sustentabilidade, digitalização, gestão, motivação, entre outros.

Em 2021, o Desenvolve SP participou da Campanha Inverno Solidário, promovida pelo Fundo Social de São Paulo – FUSP. Foi uma iniciativa para arrecadação de cobertores novos, visando ajudar aqueles que mais precisam, especialmente neste momento delicado. Ao todo, foram doados 300 cobertores pelos colaboradores do Desenvolve SP, o que representa uma arrecadação muito significativa e a maior da história da empresa.

Além disso, foi realizada campanha inédita de doação de alimentos para as famílias afetadas pela pandemia, por meio da qual o Desenvolve SP multiplicou por 100 cada cesta básica doada pelos colaboradores da empresa. Na campanha da “vacina contra a fome”, foram distribuídas 10.323 cestas.

1.2 Público-alvo

O Desenvolve SP atende as empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 81 mil até R\$ 300 milhões, dos setores produtivos: agronegócio, comércio, indústria e serviços.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

1.3 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

No primeiro semestre de 2021, visando à adequação do Desenvolve SP à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), foram realizadas reuniões semanais do Comitê de Proteção de Dados e Privacidade, implementação de ações de adequação, treinamento da Gerência de *Compliance* e Normas e elaboração e aprovação da Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade.

2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Ciente de seu papel e alinhado às políticas públicas do Estado de São Paulo, o Desenvolve SP busca promover cada vez mais o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes.

Periodicamente, o Desenvolve SP realiza a revisão do Planejamento Estratégico. Devido ao forte impacto econômico de amplitude mundial causado pela pandemia, o Desenvolve SP reviu seu plano de atuação e remodelou suas linhas de crédito para auxiliar as empresas do estado de São Paulo no enfrentamento dos impactos financeiros do Covid-19 na sua economia.

2.1 Plano de Negócios 2021

Em função da atuação do Desenvolve SP, em parceria com o Governo do Estado, para combater a atual crise econômica paulista, foi analisado o impacto de estratégias emergenciais, tais como:

- Formas para a ampliação de recursos para financiamento de micro, pequenas e médias empresas através de captação de recursos com Organismos Nacionais e Internacionais;
- Como ampliar todas as parcerias público-privadas possíveis, para combater a crise atual, procurando engajar, inclusive, todo o sistema financeiro, público e privado;
- Projeção e controle rigoroso da liquidez da instituição, considerando o maior risco de crédito devido ao cenário atual, principalmente em operações com recursos de terceiros; e
- Já antecipando o final da crise, definir estratégias para o momento seguinte: de recuperação e sustentação.

2.2 Reposicionamento estratégico frente aos impactos econômicos da pandemia de Covid-19

O Desenvolve SP lançou medidas relevantes interna e externamente, a fim de mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia de Covid-19, proteger a vida e as empresas e preservar empregos e renda.

Alinhada ao Plano São Paulo, a instituição definiu macro ações de curto (3 – 6 meses) e médio/longo prazos (6 – 12 meses e 12 meses – 3 anos), sendo observadas as diretrizes de seu Planejamento Estratégico, com alterações pontuais nas medidas de curtíssimo prazo.

Diante do cenário desafiador e com base nesse reposicionamento, foram mantidos os seis pontos do Plano de Negócios do Planejamento Estratégico, com as adequações necessárias:

- **INOVAÇÃO**

Em um cenário de crise econômica decorrente de uma pandemia que inviabiliza o funcionamento normal de uma série de atividades, a inovação será um fator chave para a sustentação da retomada da economia e perenidade de diversas empresas e setores.

Com o avanço da vacinação contra a Covid-19 no primeiro semestre e expectativa de que, ainda em 2021, todos os brasileiros adultos estejam imunizados com ao menos uma dose, o Brasil começa a ver sinais para a retomada da economia. Impulsionar a produtividade e a competitividade por meio da inovação e da sustentabilidade é o caminho para a retomada da economia paulista de forma responsável, sólida e efetiva. Para isso, políticas públicas como o crédito facilitado são fundamentais. O Desenvolve SP investe na retomada econômica de micro, pequenas e médias empresas por meio de financiamento facilitado para projetos verdes e inovadores.

Por isso, o Desenvolve SP lançou, no dia das MPEs, 27 de junho, a Linha Economia Verde – Saneamento e Resíduos, para reunir todas as modalidades de crédito para sustentabilidade e inovação. O lançamento contou com o reforço da Assessoria de Imprensa, através de *briefings*, apresentações, conteúdo para eventos, entre outros, reforçando, assim, o posicionamento da instituição a favor da retomada econômica sustentável.

Os desembolsos voltados para inovação atingiram, neste semestre, a marca de R\$ 244,6 milhões no acumulado histórico.

- **MICROCRÉDITO**

O objetivo em apoiar o microcrédito é o de promover o desenvolvimento da sociedade. Direcionado a um público que tem maior dificuldade de acesso ao crédito, o microcrédito cria oportunidades para quem pretende melhorar a sua condição social por meio do empreendedorismo.

A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista é um dos focos do Desenvolve SP. Desde sua transferência, em 2018, foram desembolsados R\$ 694,9 milhões, por meio de 65,0 mil contratos, beneficiando 497 municípios, até junho de 2021. Somente no primeiro semestre de 2021, foram desembolsados R\$ 124,5 milhões para oito mil microempreendedores.

- **MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

O crédito para micro e pequenas empresas é um forte instrumento de política pública de inclusão social e econômica, com impactos diretos na geração de emprego. Em um cenário de crise decorrente de uma pandemia, essas empresas apresentam maior fragilidade financeira para enfrentar os desafios impostos.

O Desenvolve SP, cumprindo com seu papel de instituição financeira do Governo do Estado, lançou no 1º semestre de 2021 medidas de crédito relevantes para combater os impactos econômicos causados pela pandemia de Covid-19, proteger as empresas e preservar o emprego e a renda, tais como:

- Em fevereiro, foi implantada a Linha Crédito Digital – Micro e Pequena, disponibilizando R\$ 100 milhões em recursos próprios, para atendimento a empreendimentos de todos os setores com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, com taxa de juros de 0,8% ao mês acrescido da Selic, prazo de 60 meses e carência de 12 meses;
- Com o volume de solicitações realizadas e, buscando focar o atendimento nos setores mais impactados, o Desenvolve SP reformulou em março a Linha Crédito Digital – Audiovisual, Economia Criativa, Turismo e Comércio. Com a disponibilização de mais R\$ 50 milhões, a linha passou a atender apenas empresas com faturamento entre R\$ 81 mil e R\$ 360 mil, com taxa de juros de 1% ao mês acrescido da Selic, 60 meses para pagar e carência de 12 meses. Para permitir que empresas severamente afetadas pela crise não fossem prejudicadas no enquadramento e estabelecimento de limites de crédito, excepcionalmente foi autorizado que as empresas pudessem optar pela utilização do faturamento de 2019 ou de 2020.
- Implantação da Linha de Renegociação Emergencial 2021 do BNDES: A linha permitiu a suspensão de parcelas entre maio e outubro de 2021, para contratos liberados até 30/04/2021, sem a alteração do prazo total da operação.

Neste semestre, o Desenvolve SP desembolsou R\$ 203,6 milhões, o que representa um valor de 90,1% superior ao realizado no mesmo período de 2020. Nesse período, foram atendidas 1.874 empresas desse porte, um aumento de 150,8% na base comparativa, sendo 1.841 com novos contratos. Esses números consolidam as micro e pequenas empresas como parte expressiva de seu público alvo.

- **PREFEITURAS**

O setor público é um forte indutor do desenvolvimento econômico regional e, principalmente, da melhoria da qualidade de vida da população.

Para captação de novos projetos, tendo como foco os programas Vale do Futuro, Pontal 2030 e Crédito Turístico, o Desenvolve SP realizou, neste semestre, 246 reuniões com as prefeituras do estado, sendo a maioria através de videoconferência, com o objetivo de prestar esclarecimentos e apoio técnico no processo de solicitação de financiamento, e captou R\$ 1,07 bilhão em novos pleitos, atingindo, em apenas seis meses, a meta estabelecida para o ano de 2021.

COBRANÇA

No cenário atual, é crucial para a autossustentabilidade da instituição uma forte gestão na cobrança, identificando precocemente operações que apresentem maior possibilidade de atrasos no pagamento e tomando todas as providências necessárias para evitar que essas se tornem inadimplentes e, posteriormente, sejam baixadas em prejuízo.

Apesar do cenário de pandemia, as ações de cobrança e jurídica contenciosa do Desenvolve SP mantiveram-se proativas, visando resguardar a instituição da efetivação de prejuízos e manter a qualidade dos créditos já concedidos.

Neste contexto, a instituição está finalizando o processo de contratação de dois escritórios de cobrança administrativa, que tornarão ainda mais efetivo o processo de cobrança, bem como já conta com sete sociedades de advogados especializadas na cobrança contenciosa, que permitirão a adoção das medidas judiciais de forma mais célere.

Além disso, as unidades de cobrança e jurídica têm conjugado esforços visando à recuperação dos créditos de difícil recuperação, de forma que se permita uma melhoria na qualidade da carteira, bem como se possibilite o retorno do crédito com vistas à oferta para as demais empresas paulistas que dele necessitem.

Dado o contexto da pandemia, em que a muitas das empresas não foi possível a retomada das suas atividades na integralidade, o Desenvolve SP permitiu a prorrogação de parcelas de contratos (*Standstill*) que se encontravam em situação regular, o que permitiu ao empresariado um maior fôlego para fazer frente às despesas de pessoal e manter a regularidade do crédito junto à nossa instituição.

- **FUNDING**

Para conseguir cumprir com o seu papel de agente financeiro do governo do estado de São Paulo e financiar a economia paulista no cenário de crise e recuperação econômica global, o Desenvolve SP busca novas fontes de recursos para atender a alta demanda.

Prova disso é a captação do Desenvolve SP junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), no valor de U\$ 50 milhões, desembolsados em 2020, com prazo de até seis anos para pagamento. A captação tem foco em projetos de investimento com conteúdo de sustentabilidade, estando alinhada aos ODS.

E, neste semestre, foi assinado o contrato de captação de US\$ 100 milhões junto ao International Finance Corporation (IFC), no modelo *A/B loan* com participação de 25% de *funding* do Banco Santander, para financiamento de projetos relacionados ao Programa de Despoluição do Rio Pinheiros do Governo do Estado de São Paulo e ao tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos.

Além da CAF e IFC, o Desenvolve SP atua na negociação da captação com o *New Development Bank* (NDB), com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (Cofix), com foco

em investimento de projetos de infraestrutura para os setores público e privado, com conteúdo de sustentabilidade.

2.3 Painel de metas

Alinhado ao Planejamento Estratégico, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da instituição, de modo a auxiliar e direcionar a sua estratégia operacional, com vistas ao atingimento de sua missão e o seu objeto social, foi aprovado o Plano de Metas para 2021.

Foram definidos onze indicadores com suas respectivas metas, que apresentaram os resultados abaixo. A Meta Global¹, na posição 30/06/2021, ficou em 80,79%.

Tabela 1 – Plano de Metas 2021

DESENVOLVE SP		DATA BASE:	30/06/2021	META GLOBAL:	80,79%	●
EPPIC	INDICADOR	PESO	META	REALIZADO	% META	
EFICIÊNCIA	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA	0,100	50,00%	38,44%	123,12%	●
	LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE	0,100	30.998.279,56	40.454.167,34	130,50%	●
ESSOAS	CAPACITAÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES	0,050	1626: 00	3558: 36	218,86%	●
PARCERIAS	NOVAS PARCERIAS	0,050	6	3	50,00%	●
	CAPTAÇÃO DE RECURSOS - TERCEIROS	0,200	656.148.000,00	408.325.320,00	62,23%	●
NOVAÇÃO	DESEMBOLSO INOVAÇÃO	0,050	49.681.048,53	1.187.379,50	2,39%	●
	QUANTIDADE DE MPE ATENDIDAS	0,100	1.000	1.841	184,10%	●
CRÉDITO	DESEMBOLSO SETOR PRIVADO	0,100	628.289.287,21	359.841.682,04	57,27%	●
	PROPOSTAS GERADAS - SETOR PÚBLICO	0,050	500.000.000,00	1.068.699.154,66	213,74%	●
	INTEGRAÇÃO TÉCNICA - SETOR PÚBLICO	0,050	200	246	123,00%	●
	INADIMPLÊNCIA	0,150	3,85%	1,10%	171,51%	●

Fonte: Desenvolve SP (2021)

- **Índice de Eficiência:** expressa a relação entre as despesas operacionais e a receita bancária.
- **Lucro Líquido Recorrente:** apurado a partir do Lucro Líquido contábil com adições e exclusões de despesas e receitas não recorrentes no período.
- **Capacitação de colaboradores (horas/aula):** programa de treinamento para cursos obrigatórios e eletivos, apurado pelo somatório das horas-aula por colaborador.
- **Novas Parcerias:** parcerias com associações, órgãos, instituições nacionais e internacionais, financeiras e canais de distribuição.
- **Captação de Recursos - Terceiros:** valor captado por meio de parcerias com instituições e órgãos financeiros.
- **Desembolso Inovação:** desembolsos realizados no ano em linhas direcionadas para inovação.
- **MPE Atendidas:** quantidade de micro e pequenas empresas que receberam recursos no exercício.
- **Desembolso Setor Privado:** desembolsos realizados em 2021 para o setor privado.
- **Propostas Geradas - Setor Público:** fase final do processo no Desenvolve SP das solicitações das operações de crédito.
- **Integração Técnica - Setor Público:** quantidade de videoconferências realizadas com as Prefeituras para suporte técnico.
- **Inadimplência:** percentual da carteira de créditos vencidos há mais de 90 dias.

¹Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

3 LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

3.1 Linhas de Financiamento

O Desenvolve SP possui, em seu portfólio de produtos, 22 linhas de financiamento para o setor privado que atendem às diversas áreas e atividades, financiando desde capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, até grandes projetos de investimento em ampliações e modernização, incluindo projetos inovadores e sustentáveis.

A instituição oferece ainda nove linhas de financiamento voltadas ao setor público, que visam incentivar o crescimento dos municípios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população paulista. Estas linhas oferecem taxas de juros competitivas e prazos longos, para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura do município, sem comprometer a saúde financeira do município.

3.2 Fundos Garantidores

Conforme política de garantia vigente no Desenvolve SP, os fundos garantidores são uma alternativa para os pequenos e médios empresários que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito. A instituição opera com três fundos garantidores: Fundo de Aval (FDA), Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) e Fundo Garantidor Para Investimentos (FGI).

3.3 Fundos de Desenvolvimento

O Desenvolve SP é administrador de nove Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo, sendo eles: Fundo de Aval (FDA), Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet), Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac), Fundo de Desenvolvimento Econômico do Vale do Ribeira (FVR), Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac), Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (Fundespar), Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (Banco do Povo Paulista), Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) e Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Estão em tratativas as transferências dos seguintes Fundos para o Desenvolve SP: Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (FUNDOVALE), Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS), Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas (FUNDOCAMP), Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (FDMBS), Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimentos (FUMEFI) e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba.

3.4 Fundos de Investimento em Participações

Os Fundos de Investimento em Participações (FIPs) são instrumentos financeiros, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que selecionam e investem em empresas de grande potencial, em troca de participação societária nessas empresas. Os fundos são constituídos com capital de investidores qualificados, possuem tempo de vida definidos, assim como gestores habilitados e qualificados em encontrar e administrar as empresas selecionadas para esses investimentos.

O Desenvolve SP investe, hoje, em quatro fundos dessa categoria: Fundo Inovação Paulista, Fundo Aeroespacial, Fundo CRP Empreendedor e Fundo BBI Financeiro I.

Até 30 de junho de 2021, o Desenvolve SP investiu, indiretamente, por meio desses veículos, em 45 empresas, sendo 34 localizadas no estado de São Paulo.

A instituição tem a intenção de continuar atuando no segmento de investimento em PE/VC (*private equity/venture capital*) como investidor qualificado e, para tanto, tem prospectado o mercado com o intuito de capitalizar novos Fundos de Investimento em Participação, direcionados a empresas inovadoras do Estado de São Paulo.

Os projetos visam atender empresas enquadradas como pequenas ou médias, que sejam inovadoras, de setores de alta escalabilidade e que operem e tenham sede no Estado de São Paulo. Estão em pauta investimentos em empresas ligadas ao setor financeiro e de saúde, assim como empresas ligadas às novas economias, tais como a criativa e a circular.

3.5 Parceiros

O Desenvolve SP atua de forma transversal em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo, participando ativamente de projetos e políticas públicas do governo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da economia paulista. Atua como instrumento financeiro em diversos programas, como:

- Programa Vale do Futuro;
- Programa de Crédito Turístico;
- Programa de Investimento no Setor de Audiovisual (Proav);
- Programa Novo Rio Pinheiros;
- Programa Pontal 2030 (Paranapanema);
- Programa AESP;
- Programa EMTU;
- Programa CREA-SP;
- Programa SESCON-SP;
- Programa de Apoio ao Setor Avícola;
- Programa de Apoio à Inovação;
- Programa Empreenda Rápido;
- Transformando Cidades;
- Programa Frota Nova;
- Programa Água Limpa;
- Iluminação Pública;
- Programa SP + Consórcios;
- Programas de Crédito Emergenciais.

Além dos programas governamentais, o Desenvolve SP formalizou parcerias relevantes com entidades e instituições multilaterais, que apresentaram sinergia com seus planos estratégicos:

- SIMA / INVEST SP (Iluminação Pública);
- SIMA / INVEST SP (Eficiência Energética);
- ABEPREST;
- ABIMAQ (renovação);
- CIESP (renovação);
- PRÓ BELEZA.

Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial, fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, empresas inovadoras e do segmento de sustentabilidade ambiental, o Desenvolve SP abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso a financiamentos para micro, pequenas e médias empresas.

No primeiro semestre de 2021, foram cerca de 40 interações com parceiros, por meio de eventos virtuais, *lives*, salas de crédito, reuniões e um evento piloto, realizado de forma presencial para retomada dos eventos presenciais, o Expo Retomada 2021, e semanas de atendimento na região do

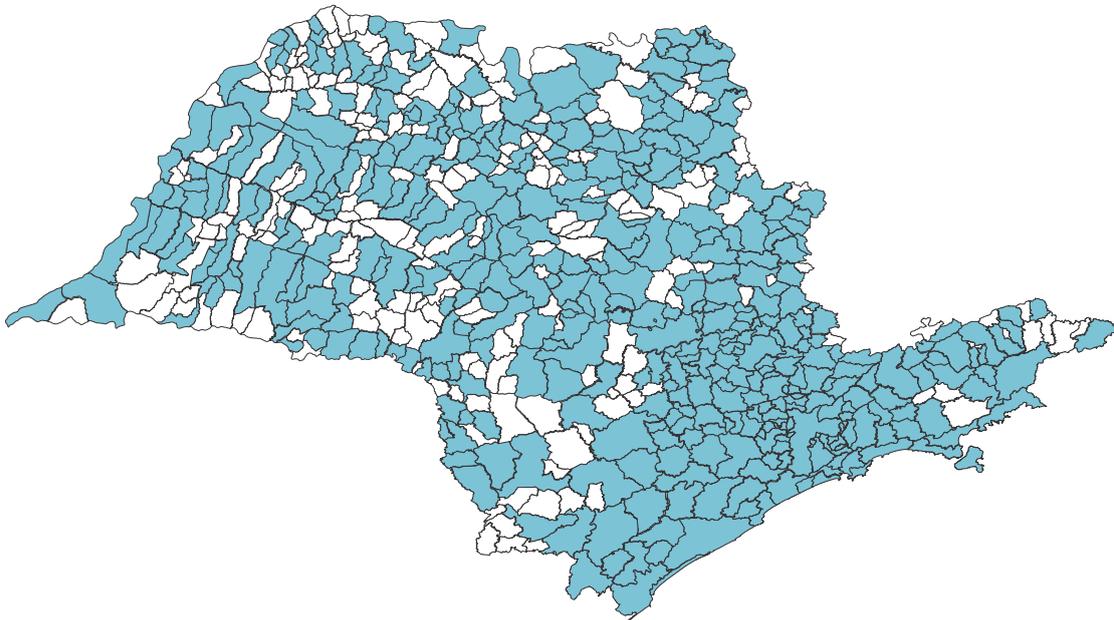
Vale do Ribeira, no Programa Vale do Futuro.

Neste momento de retomada da economia e com o avanço da imunização no estado de São Paulo, além da captação de recursos para financiamento a projetos, o Desenvolve SP busca focar na formalização de parcerias, em especial, com entidades de classe cujo viés está diretamente relacionado à sustentabilidade e à inovação, que vai, inclusive, ao encontro do seu Planejamento Estratégico.

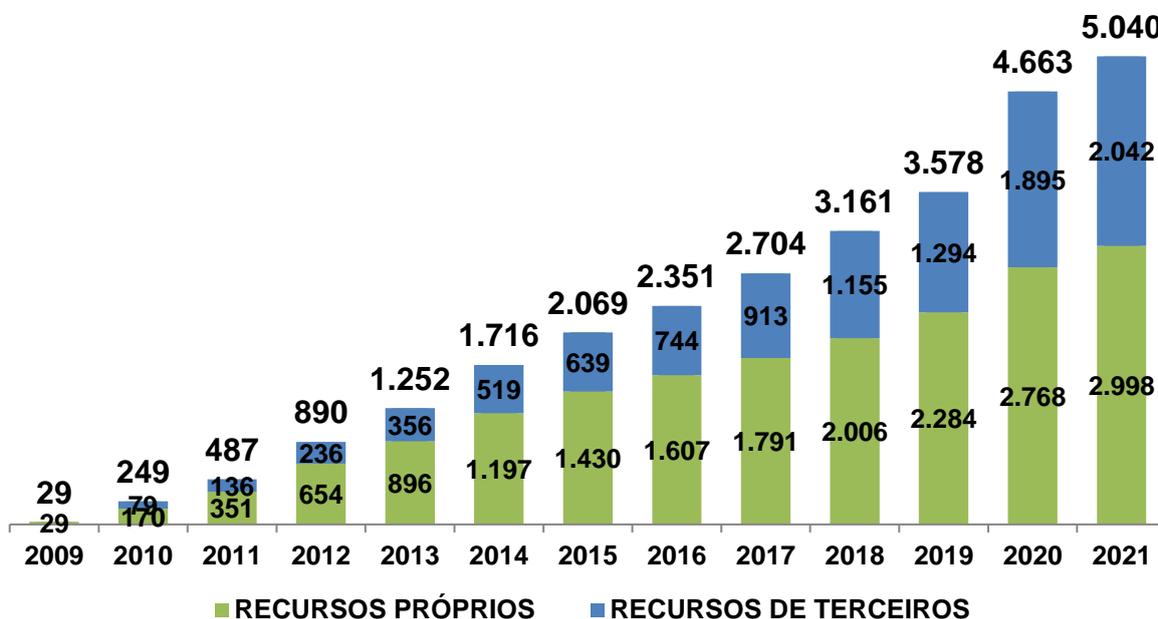
4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Desembolsos

Os desembolsos acumulados totalizaram, desde 2009 até 30 de junho de 2021, o montante de R\$ 5,0 bilhões, com um total de 10.810 operações, distribuídas em 459 municípios. Deste total desembolsado, 8.027 empresas e 178 prefeituras foram beneficiadas com os recursos do Desenvolve SP.



No primeiro semestre de 2021, esses desembolsos somaram R\$ 377,2 milhões, sendo 60,9% liberados com recursos próprios e os outros 39,1% com recursos de terceiros, sendo 29,8% com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), 9,1% com recursos do BNDES e 0,2 % com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Neste período, foram atendidas 1.973 empresas e 24 prefeituras, abrangendo um total de 256 municípios.

GRÁFICO 1 – COMPOSIÇÃO DO DESEMBOLSO ACUMULADO TOTAL


Fonte: Desenvolve SP

O Desenvolve SP desembolsou, neste semestre, R\$ 261,9 milhões para financiamento de capital de giro, o que representa 69,4% do total de desembolso. Outros 29,8% foram destinados a projetos de investimento, enquanto 0,8% foi para aquisição de máquinas e equipamentos. Esse cenário reflete as necessidades emergenciais das empresas paulistas no enfrentamento ao impacto econômico causado pela crise.

O setor de serviços teve 39,9% de participação no desembolso total do primeiro semestre de 2021, seguido pelo setor da indústria com 34,4%, setor de comércio com 21,0%, setor de governo com 4,6%, e setor do agronegócio com 0,1%.

Destacam-se também os desembolsos voltados para inovação, que atingiram a marca de R\$ 244,6 milhões no acumulado histórico, porém ainda incipiente em 2021, com R\$ 1,2 milhão de desembolso no primeiro semestre, devido principalmente ao direcionamento estratégico e à demanda de mercado de curto prazo. As micro e pequenas empresas representam 47,9% do desembolso acumulado no período de 2013 a 2021 para inovação, o que está em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

O Crédito Digital, plataforma do Desenvolve SP que aprova financiamentos para capital de giro, desembolsou R\$ 115,2 milhões para 1.597 empresas no primeiro semestre de 2021, o que representou um aumento de 129,8% na quantidade de empresas atendidas, em relação ao mesmo período de 2020. No total, a modalidade atingiu R\$ 645,7 milhões em empréstimos para 4.660 empresas paulistas desde 2016.

No Setor Público, foram desembolsados R\$ 868,3 milhões para 178 prefeituras no acumulado histórico.

4.2 Saldo das Operações de Crédito

Neste semestre, o saldo da carteira de crédito ultrapassou, pela primeira vez, R\$ 2 bilhões. Em 30 de junho de 2021, o saldo das operações de crédito da instituição totalizou R\$ 2.026 milhões, o que representa um crescimento de 40,6% quando comparado a junho de 2020.

Em decorrência da maior procura por capital de giro, as operações de financiamento para capital de giro representam 47,4% da carteira, consolidando o papel do Desenvolve SP como instrumento financeiro de políticas públicas do estado.

Em relação ao porte, 81,9% do total da carteira refere-se às micro, pequenas e médias empresas.

No âmbito do capital destinado ao setor público, a representatividade do saldo de carteira para as prefeituras alcançou 16,9%. Em comparação ao mesmo período do ano passado, o saldo da carteira de crédito para o setor público aumentou 13%.

O índice de inadimplência, em 30 de junho de 2021, era de 1,10%. Apesar do atual cenário, o Desenvolve SP conseguiu obter um resultado de 0,75 ponto percentual menor que o mesmo período de 2020.

No primeiro semestre de 2021, o Desenvolve SP assinou o contrato de cessão da sua carteira de crédito para municípios, uma operação inédita para uma agência de fomento nacional. O volume da transação foi de R\$ 76,1 milhões com ágio de R\$ 2,7 milhões, totalizando R\$ 78,8 milhões e contou como cessionária a Companhia Paulista de Parcerias - CPP. Todo o processo durou aproximadamente dez meses e foi concluído em 12 de julho, sendo realizado rodadas de sondagem de mercado com sete instituições nacionais e internacionais. Além disso, a iniciativa contou com a consultoria da InvestSP – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, que desenvolveu um modelo de precificação para a cessão e emitiu sua opinião independente sobre a taxa de desconto adequada.

Os próximos passos são a liquidação financeira e o reconhecimento da transação no resultado do Desenvolve SP. Essa operação, além de fortalecer o caixa do Desenvolve SP, posiciona a agência como uma originadora de operações de crédito especializada em micro e pequenas empresas e municípios do Estado de São Paulo, que fará a cessão recorrente desses créditos para o mercado de capitais.

Também neste semestre, o Desenvolve SP realizou o Leilão de Créditos Acumulados de ICMS. Estes créditos são ofertados em garantia de operações contratadas no Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), ajudando o setor a monetizar estes ativos. O leilão, no montante de R\$ 18,1 milhões foi realizado na plataforma eletrônica da B3. Os créditos foram adquiridos com um deságio de 6,80%, pelo valor de R\$ 16,9 milhões. A operação é uma fonte de receita para o Desenvolve SP, que recebe uma taxa de serviço de 2% sobre o valor de venda dos créditos.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO

O Desenvolve SP registrou no primeiro semestre de 2021 um lucro líquido de R\$ 40,4 milhões.

Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.257 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 30 de junho de 2021, foi de 6,84%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 75,8 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 20,0 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 55,8 milhões.

Em 30 de junho de 2021, o total de ativos alcançou R\$ 2.843 milhões, composto por 67,1% de operações de crédito, 26,5% de títulos e valores mobiliários e 6,4% de outros ativos.

6 DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021

- Assinatura de contrato com o IFC e Banco Santander, para captação de recursos no valor de U\$ 100 milhões, a serem destinados às obras do programa de despoluição do Rio Pinheiros e para projetos sustentáveis de micro e pequenas empresas;
- Dois aportes de capital pelo Governo de SP: um no valor de R\$ 51 milhões e outro no valor de R\$ 18 milhões;
- Venda da carteira de crédito do setor público para a CPP – Companhia Paulista de Parcerias, no valor de R\$ 78,8 milhões;
- Setor Público atinge, em 6 meses, meta de R\$ 1 bilhão em novos pleitos;
- Instituição do Programa Socioambiental Desenvolve SP com o objetivo de apoiar iniciativas, projetos e investimentos em políticas públicas associados a ações ambientais, sociais e de governança (ESG);
- Participação nas campanhas Inverno Solidário e Vacina contra a Fome, para doação de cobertores e cestas básicas, pelos colaboradores do Desenvolve SP;
- Desenvolve SP ultrapassa R\$ 5 bilhões em desembolsos no acumulado histórico;
- Desenvolve SP ultrapassa R\$ 2 bilhões em sua carteira de crédito;
- Desenvolve SP anuncia em fevereiro disponibilização de R\$ 100 milhões em crédito para capital de giro para apoiar micro e pequenas empresas e, em março, mais R\$ 50 milhões em crédito para capital de giro para microempresas dos setores mais afetados no estado de São Paulo pela pandemia;
- Leilão de R\$ 18 milhões em créditos do ICMS.

São Paulo, 20 de agosto de 2021.

NELSON ANTÔNIO DE SOUZA
Diretor Presidente e
Diretor de Negócios e Fomento – em exercício

MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
Diretor Financeiro e de Crédito

CELY DE CAMPOS MANTOVANI
Diretora Administrativa, de Projetos e Processos

COMPOSIÇÃO EM 30/06/2021

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – *Presidente do Conselho de Administração*

Adailton Cesar da Costa Martins

Eduardo Marson Ferreira

Jerônimo Antunes

Lídia Goldenstein

Luciana Leal Coelho

Nelson Antônio de Souza

Roberto Brás Matos Macedo

Thiago Rodrigues Liporaci

DIRETORIA COLEGIADA

Nelson Antônio de Souza – *Diretor Presidente*

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto - *Diretor Financeiro e de Crédito*

Lucia Helena da Silva – *Diretora de Negócios e Fomento*

Cely de Campos Mantovani - *Diretora Administrativa, de Projetos e Processos*

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes - *Presidente*

Francisco Vidal Luna

Izaura Antunes de Sá Finzetto

Walter Mallas Machado de Barros

NOTA: Em 2021, foram eleitos os Conselheiros de Administração e os Conselheiros Fiscais do Desenvolve SP para o novo mandato. Está sob análise do Banco Central do Brasil para a assinatura do termo de Posse. Também, no primeiro semestre de 2021, a Diretoria Colegiada foi reeleita e empossada.

**Balanco Patrimonial
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020**

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA			PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA		
		30.06.2021	31.12.2020			30.06.2021	31.12.2020
DISPONIBILIDADES	4	50	60	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.539.763	1.418.409
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.778.703	2.595.775	Recursos de Repasse	9a	1.011.440	986.263
Títulos e Valores Mobiliários	5	752.577	615.641	Empréstimos no Exterior	9b	426.178	275.920
Operações de Crédito	6e	2.026.126	1.980.134	Instrumentos Financeiros e Derivativos		9.663	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(118.529)	(108.361)	Outros Passivos Financeiros	9c	92.482	156.226
Operações de Crédito	6a e 6e	(118.512)	(108.344)	PROVISÕES	16	1.582	1.539
Outros Créditos		(17)	(17)	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	10	18.970	24.086
ATIVO FISCAL DIFERIDO	14b	64.962	59.084	OUTROS PASSIVOS	11	24.773	22.106
OUTROS ATIVOS		83.968	46.728				
Outros Valores e Bens	7a	42.063	41.983				
Outros Créditos	7b	41.905	4.745				
IMOBILIZADO DE USO	8a	33.785	33.675				
INTANGÍVEL	8b	7.387	6.543	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	1.257.248	1.159.769
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(6.351)	(5.956)	Capital		1.156.476	1.054.902
Imobilizado		(3.634)	(3.404)	Capital De Domiciliados no País		1.156.476	1.041.977
Intangível		(2.717)	(2.552)	Aumento de Capital		-	12.925
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	7a e 8a	(1.639)	(1.639)	Reservas de lucros		100.772	104.867
TOTAL DO ATIVO		2.842.336	2.625.909	TOTAL DO PASSIVO		2.842.336	2.625.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020**

	Nota	30.06.2021	30.06.2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		141.932	88.135
Operações de crédito	6b	127.475	69.551
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio		24.120	18.584
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(9.663)	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(66.102)	(33.947)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(49.402)	(16.489)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(16.700)	(17.458)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		75.830	54.188
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(19.915)	(21.909)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	13a	16.326	14.101
Despesas de pessoal	13b	(22.421)	(22.531)
Outras despesas administrativas	13c	(18.204)	(9.426)
Despesas tributárias	13d	(6.177)	(4.714)
Outras receitas operacionais		10.824	666
Outras despesas operacionais		(263)	(5)
DESPESAS DE PROVISÕES		(43)	(943)
Trabalhista		-	(184)
Outras		(43)	(759)
RESULTADO OPERACIONAL		55.872	31.336
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		14	(2.103)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		55.886	29.233
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(14.071)	(10.075)
Imposto de renda e CSLL corrente		(19.891)	(14.195)
Imposto de renda e CSLL diferido		5.820	4.120
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(1.414)	(1.243)
RESULTADO LÍQUIDO		40.401	17.915
N.º DE AÇÕES		1.059.494.624	1.000.000.000
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,03813	0,01792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020**

	30.06.2021	30.06.2020
Lucro Líquido do Período	40.401	17.915
Outros Resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do período	40.401	17.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020**

	Capital realizado	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial de lucro		
Saldos em 01/01/2020	1.041.977	-	18.341	62.101	-	1.122.419
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	17.915	17.915
Destinações:						
Reservas	-	-	896	12.764	(13.660)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.255)	(4.255)
Saldos em 30/06/2020	1.041.977	-	19.237	74.865	-	1.136.079
Mutações do período	-	-	896	12.764	-	13.660
Saldos em 01/01/2021	1.041.977	12.925	20.790	84.077	-	1.159.769
Aumento de Capital	114.499	(12.925)	-	(32.574)	-	69.000
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	-	-	-	(2.327)	-	(2.327)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	40.401	40.401
Destinações:						
Reservas	-	-	2.020	16.274	(18.294)	-
Juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório	-	-	-	-	(9.595)	(9.595)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	-	-	-	12.512	(12.512)	-
Saldos em 30/06/2021	1.156.476	-	22.810	77.962	-	1.257.248
Mutações do período	114.499	(12.925)	2.020	(6.115)	-	97.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020**

	Nota explicativa	30.06.2021	30.06.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		55.886	29.233
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		16.700	17.458
Depreciação e amortização		395	429
Provisão para desvalorização de títulos livres		1.150	141
Constituição de perdas por impairment de ativos		-	2.855
Provisão para passivos contingentes		43	193
Lucro ajustado antes dos impostos e participações		74.174	50.309
Varição ativo/passivo			
		(12.204)	(14.156)
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		(21.237)	95.880
(Aumento)/redução operações de crédito		(52.524)	(175.173)
(Aumento)/redução créditos tributários		(5.878)	(4.384)
(Aumento)/redução outros créditos		(37.160)	(40.956)
(Aumento)/redução outros valores e bens		(80)	(1.528)
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros		(54.081)	50.612
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		175.435	52.509
Aumento/(redução) outras obrigações		8.033	14.224
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.712)	(5.340)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		61.970	36.153
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		(110)	(76)
Aplicações no intangível		(844)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(954)	(76)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		(8.410)	(4.361)
Juros sobre o capital próprio pagos		(4.768)	(1.722)
Aumento de capital		69.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		55.822	(6.083)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		116.838	29.994
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	111.819	18.803
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	228.657	48.797
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		116.838	29.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Contexto operacional

O Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”) é uma Instituição financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo – SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual;
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável,

mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 18 de agosto de 2021, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das demonstrações financeiras do Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

i. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado; e

II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

ii. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

- Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

- Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Conforme disposto pela Resolução nº 4.803/20, emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 foram mantidas no nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade de a contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

d) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e) Imobilizado de uso e Intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

f) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Em virtude da publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL foi majorada de 15% a 20%, a partir de 1º de março de 2020.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 14 b, incluindo o valor decorrente da majoração da alíquota citada anteriormente.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

g) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados “pro-rata” dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 27b.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2021	31.12.2020
Disponibilidades	50	60
Cotas de Fundo de Renda Fixa	228.607	111.759
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	228.657	111.819

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira – Títulos e Valores Mobiliários

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	391.585	391.585	-	386.519	386.519
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	20.732	20.732	-	20.147	20.147
Cotas de Fundo de Renda Fixa	228.607	-	228.607	111.759	-	111.759
Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP	-	108.367	108.367	80.175	13.375	93.550
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	-	5.735	5.735	1.429	3.536	4.965
(-) Provisões para desvalorizações	-	(2.449)	(2.449)	(227)	(1.072)	(1.299)
Total	228.607	523.970	752.577	193.136	422.505	615.641

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Fundo	30.06.2021				31.12.2020			
	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização
Inovação Paulista	25.000	23.325	36.637	(584)	25.000	24.754	38.065	-
BBI Financial I	10.000	10.000	45.706	(147)	10.000	9.780	29.701	(123)
CRP Empreendedor	10.000	5.057	14.250	-	10.000	5.268	12.409	-
Aeroespacial	15.000	7.779	11.774	(1.624)	15.000	9.380	13.375	(1.029)
Total	60.000	46.161	108.367	(2.355)	60.000	49.182	93.550	(1.152)

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC) se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap*, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

O Desenvolve SP adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

30.06.2021			
Swap - ativo	Valor Referencial (Conta de Compensação)	Valor a Pagar/Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)
(US\$+Libor+taxa) x (R\$+%CDI)	149.449	(9.663)	(9.663)

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

30.06.2021					
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total
Objeto	-	1.339	1.943	146.167	149.449
Instrumento	-	2.042	5.054	2.567	9.663

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

30.06.2021				
	Valor referencial	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Objeto	158.205	148.861	588	149.449
Instrumento	158.205	(10.251)	588	(9.663)

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos	195.422	686.575	881.997	190.472	745.930	936.402
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	84.656	178.585	263.241	95.262	204.934	300.196
Empréstimos	219.454	661.434	880.888	175.113	568.423	743.536
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	-	-	-	-	-
Total da Carteira de Crédito	499.532	1.526.594	2.026.126	460.847	1.519.287	1.980.134
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(25.981)	(92.531)	(118.512)	(20.733)	(87.611)	(108.344)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	473.551	1.434.063	1.907.614	440.114	1.431.676	1.871.790

b) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

	30.06.2021	30.06.2020
Financiamentos	45.163	34.682
Empréstimos	59.658	18.492
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	18.813	14.011
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.841	2.365
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	1
Total	127.475	69.551

c) Carteira por setor de atividade econômica

	30.06.2021	Participação	31.12.2020	Participação
Setor Público	343.430	17%	377.535	19%
Administração Direta	343.430	17%	377.394	19%
Atividades Empresariais	-	-	141	-
Setor Privado	1.682.696	83%	1.602.599	81%
Outros serviços	888.409	44%	870.832	44%
Indústria	409.167	20%	413.600	21%
Comércio	378.500	19%	310.843	16%
Pessoas Físicas	3.061	-	4.281	-
Rural	3.559	-	3.043	-
Total	2.026.126	100%	1.980.134	100%

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal										30.06.2021	31.12.2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	435.879	432.884	370.374	625.702	31.780	9.021	6.686	42.438	40.550	1.995.314	1.961.320
01 a 30	13.273	9.076	8.299	11.449	583	293	273	529	197	43.972	56.390
31 a 60	11.757	7.937	6.530	8.982	398	269	254	585	194	36.906	35.358
61 a 90	11.627	7.769	6.745	9.931	485	268	253	585	188	37.851	32.353
91 a 180	32.350	23.699	21.762	32.272	1.427	805	722	1.756	595	115.388	99.265
181 a 360	60.179	53.117	48.319	76.420	3.118	1.390	1.425	3.510	1.518	248.996	227.306
Acima de 360	306.693	331.286	278.719	486.648	25.769	5.996	3.759	35.473	37.858	1.512.201	1.510.648
Parcelas Vencidas	-	26	318	858	6	38	144	5	198	1.593	1.000
01 a 30	-	26	251	605	4	30	96	4	155	1.171	783
31 a 60	-	-	67	253	2	8	48	1	43	422	217
Subtotal	435.879	432.910	370.692	626.560	31.786	9.059	6.830	42.443	40.748	1.996.907	1.962.320

Operações em Curso Anormal ^(a)										30.06.2021	31.12.2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	-	-	-	6.647	4.197	1.343	2.615	3.850	4.804	23.456	14.181
01 a 30	-	-	-	64	104	34	67	228	303	800	556
31 a 60	-	-	-	45	99	33	60	226	305	768	543
61 a 90	-	-	-	56	105	33	62	211	290	757	530
91 a 180	-	-	-	272	314	118	173	629	756	2.262	1.479
181 a 360	-	-	-	848	650	230	328	1.129	1.291	4.476	2.436
Acima de 360	-	-	-	5.362	2.925	895	1.925	1.427	1.859	14.393	8.637
Parcelas Vencidas	-	-	-	270	518	174	473	1.439	2.889	5.763	3.633
01 a 30	-	-	-	49	35	19	19	23	27	172	175
31 a 60	-	-	-	54	47	6	21	18	27	173	186

Operações em Curso Anormal ^(a)										30.06.2021	31.12.2020
61 a 90	-	-	-	147	200	6	48	18	29	448	1.244
91 a 180	-	-	-	20	236	102	385	1.334	917	2.994	828
181 a 360	-	-	-	-	-	41	-	46	1.862	1.949	823
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27	377
Subtotal	-	-	-	6.917	4.715	1.517	3.088	5.289	7.693	29.219	17.814
Total	435.879	432.910	370.692	633.477	36.501	10.576	9.918	47.732	48.441	2.026.126	1.980.134

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

		30.06.2021			31.12.2020	
Nível de Risco	Provisão %	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão	
AA	-	435.880	-	491.559	-	
A	0,5	432.910	(2.165)	449.067	(2.245)	
B	1,0	370.691	(3.707)	355.873	(3.559)	
C	3,0	633.478	(19.004)	532.277	(15.968)	
D	10,0	36.500	(3.650)	38.178	(3.818)	
E	30,0	10.575	(3.173)	14.026	(4.208)	
F	50,0	9.919	(4.959)	10.814	(5.407)	
G	70,0	47.732	(33.413)	50.671	(35.470)	
H	100,0	48.441	(48.441)	37.669	(37.669)	
Total		2.026.126	(118.512)	1.980.134	(108.344)	

f) Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	30.06.2021	31.12.2020
Saldo Inicial	108.344	83.223
Créditos baixados para prejuízo	(6.532)	(18.857)
Provisão constituída	16.700	43.978
Saldo Final	118.512	108.344

g) Informações complementares

	30.06.2021	31.12.2020
Créditos renegociados ^(a)	143.218	639.426
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	3.841	19.960

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. O montante apresentado, relativo ao exercício de 2020, inclui as operações com prorrogações de prazos para pagamento de prestações, em virtude da pandemia do COVID-19, as quais, em virtude da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20 do CMN, puderam ser mantidas no nível de risco em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, mediante os requisitos citados na nota explicativa nº 3c. As operações renegociadas, no 1º semestre de 2021 mantiveram, no mínimo, os *ratings* vigentes, admitindo-se melhora apenas nos casos de amortização relevante ou reforços de garantia.

7 - Outros Ativos

a) Outros Valores e Bens

	Custo	Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo Líquido de Provisão	
			30.06.2021	31.12.2020
Ativos não financeiros mantidos para venda – Imóveis recebidos	41.913	(889)	41.024	41.024
Despesas antecipadas	150	-	150	70
Total	42.063	(889)	41.174	41.094

b) Outros Créditos

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Títulos e créditos a receber ^(a)	38.031	-	38.031	-	-	-
Devedores diversos - País	804	-	804	2.349	-	2.349
Rendas a receber	1.510	-	1.510	1.471	-	1.471
Adiantamentos e antecipações salariais	847	-	847	217	-	217
Devedores por compra de valores e bens	30	140	170	26	144	170
Outros	543	-	543	538	-	538
Total	41.765	140	41.905	4.601	144	4.745

^(a) Referem-se a créditos de ICMS recebidos em quitação de operações de crédito, cuja liquidação financeira ocorreu em 19/07/2021.

8 - Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de Depreciação	
					30/06/2021	31/12/2020
Imóveis de Uso:						
- Terrenos	-	11.600	-	-	11.600	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(2.243)	(751)	17.167	17.327
Outras Imobilizações de Uso:						
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.534	(1.042)	-	492	494
Sistema de Processamento de Dados	20%	123	(106)	-	17	15
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	240	(147)	-	93	48
Instalações	10%	127	(96)	-	31	36
Total em 30/06/2021		33.785	(3.634)	(751)	29.400	-
Total em 31/12/2020		33.675	(3.404)	(751)	-	29.520

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
			30.06.2021	31.12.2020
Outros Ativos Intangíveis:				
Software – adquiridos	5.444	(2.717)	2.727	2.892
Software – gerados internamente em andamento	1.943	-	1.943	1.099
Total em 30/06/2021	7.387	(2.717)	4.670	-
Total em 31/12/2020	6.543	(2.552)	-	3.991

9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	30.06.2021						31.12.2020	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	12.739	64.095	73.199	322.034	472.067	46,67	528.056	53,54
FUNGETUR	2.806	19.992	48.983	346.546	418.327	41,36	306.372	31,06
FINEP	2.514	11.720	13.811	70.100	98.145	9,70	124.104	12,59
FINAME	978	4.736	4.592	12.595	22.901	2,27	27.731	2,81
Total	19.037	100.543	140.585	751.275	1.011.440	100,00	986.263	100,00

b) Empréstimos no exterior

Tranche	Data da Liberação	Vencimento Final	Taxa de Juros	Valor liberado	30.06.2021		31.12.2020	
					Circulante	Não circulante	Total	Total
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	2.289	109.912	112.201	111.911
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	1.453	84.022	85.475	85.191
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	1.177	77.876	79.053	78.818
IFC -1	14/05/2021	16/03/2026	Libor 6M + 2,45%	158.205	511	148.938	149.449	-
Total				430.015	5.430	420.748	426.178	275.920

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC), teve a primeira tranche liberada, no montante de US\$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge*, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.c para a referida captação.

c) Outros passivos financeiros

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos para Destinação Específica (a)						
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo	54.048	-	54.048	116.545	-	116.545
Programa Água Limpa	1.283	23.671	24.954	606	24.331	24.937
Programa Frota Nova Município	1.803	9.047	10.850	2.183	9.559	11.742
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	834	1.375	2.209	1.156	1.301	2.457
Programa Renova SP	53	326	379	102	387	489
Subtotal	58.021	34.419	92.440	120.592	35.578	156.170
Depósitos vinculados	42	-	42	56	-	56
Total	58.063	34.419	92.482	120.648	35.578	156.226

(a) Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo ao Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

10- Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de Renda	7.003	-	7.003	9.373	-	9.373
Contribuição Social	6.452	-	6.452	8.903	-	8.903
Impostos e contribuições sobre salários	2.561	88	2.649	2.648	110	2.758
COFINS	701	-	701	843	-	843
Impostos e contribuições diferidos	-	1.941	1.941	-	1.883	1.883
PIS	114	-	114	137	-	137
Outros	110	-	110	189	-	189
Total	16.941	2.029	18.970	22.093	1.993	24.086

11 - Outros Passivos

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias(a)	8.491	-	8.491	10.392	-	10.392
Outras Obrigações (b)	15.967	315	16.282	11.321	393	11.714
Total	24.458	315	24.773	21.713	393	22.106

a) Sociais e estatutárias

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	7.154	-	7.154	8.410	-	8.410
Participação nos lucros	1.337	-	1.337	1.982	-	1.982
Total	8.491	-	8.491	10.392	-	10.392

b) Outras Obrigações

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Credores por créditos a realizar ^(a)	6.733	-	6.733	-	-	-
Credores diversos	627	-	627	3.484	-	3.484
Provisões para despesas de pessoal	4.555	315	4.870	3.474	393	3.867
Fornecedores	2.767	-	2.767	3.171	-	3.171
Provisões para despesas administrativas	949	-	949	946	-	946
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	271	-	271	242	-	242
Cobrança e arrecadação de tributos	65	-	65	4	-	4
Total	15.967	315	16.282	11.321	393	11.714

(a) Referem-se à diferença entre o valor dos créditos de ICMS, recebidos em quitação de operações de crédito, e o valor contábil das respectivas operações, o qual foi ressarcido aos clientes por ocasião da venda dos créditos, em 19/07/2021.

12 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social de R\$1.156.476 está representado por 1.059.494.624 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 25 de março de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R\$63.925 relativos ao aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R\$51.000) e aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 (R\$12.925) e, em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R\$50.574 relativos às reservas de lucros do exercício de 2020 (R\$32.574) e aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R\$18.000), aprovados pelo Banco Central do Brasil em 23 de abril de 2021 e 1º de junho de 2021, respectivamente.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2020, foram destinados para essa reserva o montante de R\$2.020 (R\$896 em 2020).

b.2) Reserva especial de lucro

A Reservas Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social do Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

	30.06.2021	30.06.2020
Lucro Líquido	40.401	17.915
(-) Reserva Legal	(2.020)	(896)
Base de Cálculo Ajustada	38.381	17.019
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	9.595	4,255
JCP adicionais propostos	12.512	-
Reserva de lucros	16.274	12.764

d) Lucro por ação

	30.06.2021	30.06.2020
Lucro líquido do semestre	40.401	17.915
Número de Ações	1.059.494.624	1.000.000.000
Lucro por ação (R\$)	0,03813	0,01792

13 - Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	30.06.2021	30.06.2020
Rendas de tarifas bancárias	7.477	7.204
Receitas de prestação de serviços	8.849	6.897
Total	16.326	14.101

b) Despesas de pessoal

	30.06.2021	30.06.2020
Proventos	(12.647)	(12.056)
Encargos sociais	(4.606)	(4.199)
Benefícios	(3.326)	(4.854)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.628)	(1.142)
Treinamento	(104)	(142)
Estagiários	(110)	(138)
Total	(22.421)	(22.531)

c) Outras despesas administrativas

	30.06.2021	30.06.2020
Serviços do sistema financeiro ^(a)	(6.235)	(127)
Serviços técnicos especializados	(3.832)	(2.776)
Processamentos de dados	(3.478)	(2.133)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	(880)	(803)
Contribuições filantrópicas	(850)	-
Manutenção e conservação de bens	(699)	(471)
Patrocínios e relações públicas ^(b)	(510)	(930)
Serviços de terceiros	(355)	(320)
Transporte	(265)	(271)
Depreciação	(230)	(298)
Publicações	(204)	(155)
Amortização	(165)	(131)
Vigilância e segurança	(134)	(370)
Comunicações	(103)	(125)
Materiais de Escritório	(81)	(184)
Água, energia e gás	(72)	(90)
Seguros	(48)	(47)
Viagem no país	(38)	(50)
Propaganda e publicidade ^(b)	(25)	(145)
Total	(18.204)	(9.426)

^(a) Contempla o montante de R\$ 6.209, relativo ao pagamento de tarifas associadas a captação de recursos junto a International Finance Corporation (IFC).

^(b) As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

d) Despesas tributárias

	30.06.2021	30.06.2020
Contribuição ao COFINS	(4.673)	(3.360)
Contribuição ao PIS	(759)	(546)
ISSQN	(621)	(498)
IPTU	(122)	(302)
Outras	(2)	(8)
Total	(6.177)	(4.714)

14 - Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	30.06.2021		30.06.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	56.593	56.593	29.233	29.233
Participação dos empregados	(2.121)	(2.121)	(1.243)	(1.243)
Resultado após a participação dos empregados	54.472	54.472	27.990	27.990
Alíquotas vigentes^(a)	25%	20%	25%	18,83%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes^(b)	(13.618)	(10.894)	(6.998)	(5.271)
Adições	(5.574)	(4.385)	(6.215)	(3.693)
Exclusões	2.456	1.955	3.773	2.257
Incentivos Fiscais	198	-	50	-
Prorrogação de licença maternidade	23	-	200	-
Juros sobre capital próprio	5.527	4.421	1.064	638
Imposto de Renda e CSLL corrente	(10.988)	(8.903)	(8.126)	(6.069)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	2.787	3.091	2.351	2.033
Passivo fiscal diferido líquido	(32)	(26)	(147)	(117)
Imposto de Renda e CSLL diferido	2.755	3.065	2.204	1.916
Imposto de Renda e Contribuição Social do semestre-	(8.233)	(5.838)	(5.922)	(4.153)

(a) Conforme Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL foi majorada de 15% a 20%, a partir de 1º de março de 2020;

(b) Apuração da CSLL, conforme § 1º do art. 30B, da Instrução Normativa RFB nº 1942, de 27 de abril de 2020.

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	Saldo em 31.12.2020	Baixa	Constituição^(a)	Saldo em 30.06.2021
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	56.333	(3.534)	8.628	61.427
Rendas de atraso	542	(132)	600	1.010
Provisões para desvalorização de BNDU	400	-	44	444
Provisões para desvalorização de títulos livres	585	(80)	597	1.102
Provisões para passivos contingentes	692	-	22	714
Provisões para despesas administrativas	524	(330)	63	257
Provisões para outros créditos	8	-	-	8
Total dos créditos tributários diferidos	59.084	(4.076)	9.954	64.962
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(1.883)	-	(58)	(1.941)
Total das obrigações tributárias diferidas	(1.883)	-	(58)	(1.941)

(a) Inclui o efeito de R\$ 797 mil, referente à majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido de 20% para 25%, conforme estabelecido na Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho 2020, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	Acima de 2025	Total
Valor nominal	9.149	12.768	14.852	7.796	6.596	13.801	64.962
Valor presente	8.893	11.626	12.699	6.258	4.972	8.883	53.331

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018 e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No semestre, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI. No primeiro semestre de 2021, foram registrados no ativo intangível o valor de R\$ 844 referente ao desenvolvimento do sistema GFESP – Gestão de Fundos do Estado de São Paulo. Outros serviços referentes à sustentação dos sistemas do Desenvolve SP e do site institucional foram levados à despesa no valor de R\$1.649.

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE – INVEST SÃO PAULO – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria referente ao desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios. No primeiro semestre de 2021, as despesas totalizaram R\$1.524.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No primeiro semestre de 2021, as despesas totalizaram R\$27 (R\$ 45 em 2020).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No primeiro semestre de 2021, as despesas totalizaram R\$85.

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – IMESP – A empresa foi contratada para prestação de serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da Instituição. No primeiro semestre de 2021, as despesas totalizaram R\$177 (R\$126 em 2020).

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE - Doação de R\$850 equivalente a dez mil cestas básicas ao Programa Alimento Solidário, do governo do estado, com vistas a minimizar os impactos causados pela pandemia do coronavírus para as famílias carentes paulistas.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	30.06.2021	30.06.2020
Benefícios de Curto Prazo	6.648	6.637
Superintendentes	4.778	5.319
Diretoria ^(a)	941	555
Conselho de Administração ^(a)	411	338
Comitê de Auditoria	335	288
Conselho Fiscal	183	137
Outros Benefícios de Longo Prazo	168	101
Diretoria ^(a)	168	101
Total	6.816	6.738

^(a) Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

16 - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2020	Baixa	Constituição	30.06.2021
Trabalhista	852	-	-	852
Cível	687	-	43	730
Total	1.539	-	43	1.582

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de

perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	30.06.2021	30.06.2020
Trabalhista	968	768
Cível	891	886
Total	1.859	1.654

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

18 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

O Conselho de Administração e a Diretoria aprovaram a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela instituição e os níveis de apetite por esses riscos.

19 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

20 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da instituição.

a) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela

Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b) Estrutura de Sistemas

O sistema interno abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter o capital compatível com esses riscos.

c) Validação de Sistemas

Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

21 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado no mínimo anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco de Crédito

A gestão do crédito é definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.
- A Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob), ligada à Diretoria de Negócios e Fomento (DNF), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.
- A Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup), por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito envolve a modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b) Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional prevê, adicionalmente, a implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS.

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD} , conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

A Instituição realiza diariamente os procedimentos para o controle de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d) Risco Socioambiental

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da Instituição consiste em uma série de procedimentos que são inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que: (i) a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação; (ii) o risco de mercado da carteira de crédito é preponderante em relação ao da carteira de tesouraria; (iii) a instituição não toma decisões de alocação da carteira de crédito com base nesse risco; e (iv) esse risco é ínfimo se comparado ao Patrimônio de Referência (PR) da instituição, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária como um risco não relevante.

No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

Não há alocação de capital para esse risco. No entanto, seu valor é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital possibilita a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que é consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação futura de capital.

22 - Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, relatório denominado Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital.

A responsabilidade pela divulgação do Relatório de Pilar 3 é do Diretor Presidente, responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital da instituição.

A tabela a ser disponibilizada é a OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição, em formato flexível, conforme norma do Bacen.

A Suric é responsável pela produção dessas informações.

23 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição, e o Risco de Taxas de Juros das Operações Não Classificadas na Carteira de Negociação (R_{BAN}).

24 - Relatórios

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

25 - Limites Operacionais

O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da Instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na Instituição, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

Importante observar que a Instituição destaca parte do seu PR para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital.

Esse PR usado para o cálculo dos índices de adequação de capital é o PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

O PR da Instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.

A RAS da instituição impõe o limite mínimo para o Índice de Basileia de 20%, contra o mínimo de 8% determinado pelo Bacen.

A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela a seguir:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R\$ MIL	
	30.06.2021	31.12.2020
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.252.577	1.155.778
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR_{RWA})	902.577	805.778
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	902.577	805.778
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0	0
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	1.252.577	1.155.778
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_{II})	0	0
CAPITAL PRINCIPAL	1.252.577	1.155.778
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	29.400	29.521
PARCELA RWA _{CPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	2.033.119	1.941.537
PARCELA RWA _{MPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	85	108
PARCELA RWA _{OPAD} - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	283.918	257.136
PARCELA R _{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	1.111	1.972
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	2.317.122	2.198.782
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	421.888	373.368
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 1,25% a partir de 04/2020 e 1,625% a partir de 04/2021	37.653	27.485
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R_{BAN} E ACP	678.443	600.419
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8%; Além disso, deve haver mais 1,625% para ACP, a partir de 04/2021)	38,95%	36,65%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	38,95%	36,65%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	38,95%	36,65%

26 - Análise de Sensibilidade

A Instituição classifica todas as operações da instituição, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

Desta forma, a realização de testes de estresse da carteira bancária observa as normas do Bacen, estabelecidas pela Circular nº 3.365, de 14/9/2007, que dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação.

Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos das curvas de juros, em quantos pontos percentuais seria necessário elevar as taxas dessas curvas para que fosse registrada uma perda de 5%, 10% e 20% do PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

Esses testes são realizados, diariamente, para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último

dia útil do semestre.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
NÚMERO DE PONTOS PERCENTUAIS DE CHOQUES PARALELOS DE TAXA DE JUROS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Taxa de Juros Pré - Fixada	51,09	609,85	---
Cupom de taxa de juros - TJLP	---	---	---
Cupom de taxa de juros - TLP	12.553,99	---	---
Cupom de índice de preço - IPCA	32,67	692,76	---
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	90,45	---	---
Cupom de índice de preço - INPC	---	---	---
Fundos de Investimento de Renda Fixa	24,18	63,78	352,14

Nota: Pontos percentuais não informados referem-se à impossibilidade de mensurar a estimativa, devido ao fato de o valor da exposição ser menor que o valor de perda previsto no cenário.

Cenário 1: Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 5% do PR (R\$ 45,1 milhões).

Cenário 2: Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 10% do PR (R\$ 90,3 milhões).

Cenário 3: Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 20% do PR (R\$ 180,5 milhões).

27 - Outras Informações

a) Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Instituição monitora de forma sistemática os efeitos da pandemia provocada pelo COVID-19 que eventualmente possam afetar suas operações e impactar adversamente seus resultados. No início da pandemia no Brasil, foi estruturado um Comitê Gestor de Prevenção e Combate à pandemia, e implementadas diversas ações visando mitigar os efeitos da COVID-19. A Instituição mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades Governamentais. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a implementação do trabalho dos colaboradores em home office, (b) o acompanhamento de funcionários que tiverem os sintomas do Covid-19 (c) distribuição de máscaras e álcool gel a todos os colaboradores e (d) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção.

No Brasil, foram adotadas medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, ao longo do ano de 2020 e 2021, pelo Governo Federal, Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal.

Até a data desta divulgação, a Instituição identificou o aumento da demanda por operações de capital de giro, destinadas às empresas do Estado de São Paulo, e a elevação nos pedidos de prorrogação de prazos para as operações de crédito.

Os impactos futuros relacionados à pandemia permanecem sendo acompanhados pela Administração, ressaltando-se a incerteza quanto à sua duração e severidade, que impede a mensuração com precisão

neste momento.

Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:

- Instrumentos financeiros: os ativos integrantes que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento em Participações podem ser negativamente impactados, gerando efeitos significativos no valor das respectivas cotas;

- operações de crédito: parte relevante das operações da carteira de crédito foi beneficiada pelo *standstill* (suspensão temporária do pagamento de prestações), o que permitiu que a taxa de inadimplência tenha se mantido baixa. Entretanto poderá ocorrer elevação no nível de atraso relativo ao pagamento de prestações, incluindo as operações que foram renegociadas e prorrogadas no âmbito da pandemia. Deve-se ressaltar que a Instituição não alterou a sua política de crédito em função da crise, e manteve a exigência de garantias em todas as suas operações de crédito, porém podem ocorrer desafios significativos caso tenha que executar as garantias relacionadas às operações de crédito inadimplentes.

b) Resultados recorrentes/não recorrentes

			30.06.2021			30.06.2020		
			Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira			141.932	-	141.932	88.135	-	88.135
Despesas da Intermediação Financeira			(66.102)	-	(66.102)	(33.947)	-	(33.947)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira			75.830	-	75.830	54.188	-	54.188
Outras Receitas Operacionais ⁽¹⁾	(Despesas)		(19.108)	(850)	(19.958)	(22.102)	(750)	(22.852)
Resultado Operacional			56.722	(850)	55.872	32.086	(750)	31.336
Resultado não Operacional ⁽²⁾			14	-	14	9	(2.112)	(2.103)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações			56.736	(850)	55.886	32.095	(2.862)	29.233
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽³⁾			(14.868)	797	(14.071)	(4.093)	(5.982)	(10.075)
Participações no Lucro			(1.414)	-	(1.414)	(1.243)	-	(1.243)
Lucro Líquido			40.454	(53)	40.401	26.759	(8.844)	17.915

Resultados não recorrentes:

⁽¹⁾ Referem-se à Doação de cestas básicas ao Programa Alimento Solidário do Fundo Social de Solidariedade (R\$850 em 2021, registrados na rubrica Contribuições filantrópicas, conforme nota explicativa nº 13.c) e *impairment* sobre ativo imobilizado (R\$ 750 em 2020).

⁽²⁾ Referem-se a *impairment* sobre bens não de uso (R\$ 2.112 em 2020).

⁽³⁾ Referem-se a:

2020: valores a maior dos tributos sobre a lucro (-R\$ 6.932), em virtude da limitação da remuneração do capital, disposta na Resolução CMN nº. 4.820 e alterada pela Resolução CMN nº. 4.885, e efeito dos tributos sobre os demais ajustes (R\$950 em 2020).

2021: Ajuste do estoque de ativo fiscal diferido (R\$797), decorrente da majoração da alíquota da CSLL.

28 - Eventos Subsequentes

Em 12 julho de 2021, foi realizada a cessão de créditos sem coobrigação de contratos de financiamentos firmados com Municípios do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 76.120, para a Companhia Paulista de Parcerias.

DIRETORIA COLEGIADA

Nelson Antônio de Souza – Diretor Presidente e Diretor de Negócios e Fomento em exercício
Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto – Diretor Financeiro e de Crédito
Cely de Campos Mantovani – Diretora Administrativa, de Projetos e Processos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração
Adailton Cesar da Costa Martins
Eduardo Marson Ferreira
Jerônimo Antunes
Lídia Goldenstein
Luciana Leal Coelho
Nelson Antônio de Souza
Roberto Brás Matos Macedo
Thiago Rodrigues Liporaci

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes – Presidente do Comitê de Auditoria
Francisco Vidal Luna
Izaura Antunes de Sá Finzetto
Walter Mallas Machado de Barros

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Karen Kemely Mussi Mhereb
Contadora CRC 1SP327691/O

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Março de 2021 a agosto de 2021

1 INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”) foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004, e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2019.

O Comitê, com funcionamento permanente, é composto por quatro membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do Comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, (ii) à qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.

2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O Comitê se reuniu 07 vezes entre março de 2021 a agosto de 2021, realizando 156 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à Administração da Desenvolve SP.

Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretor Presidente, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são publicadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

O Comitê analisou a qualidade das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN.

O Comitê avaliou as recomendações propostas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas.

3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê efetuou recomendações à Administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos

processos de gerenciamento de riscos, compliance, controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela Administração da instituição.

4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021 e por emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar.

Cabe ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controles interno e das demonstrações financeiras.

5 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade apropriada.

Com relação à Auditoria Independente, o Comitê discutiu com os responsáveis os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, cujos relatórios apresentam-se sem ressalvas.

Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da Auditoria Independente.

6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se

verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o parecer dos auditores independentes sem ressalvas.

7 CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, entende que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação do Banco Central e das normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da Instituição e, ponderadas as limitações decorrentes de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas semestre findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 24 de agosto de 2021.

Jerônimo Antunes

Presidente do Comitê de Auditoria

Francisco Vidal Luna

Membro do Comitê de Auditoria

Izaura A. de Sá Finzetto

Membro do Comitê de Auditoria

Walter M. Machado de Barros

Membro do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Instituição** em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R\$ 118.512 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos do Desenvolve SP. A Administração considerou os impactos das normas do BACEN sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em decorrência da pandemia denominada COVID-19.

Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Créditos tributários

Conforme Nota Explicativa nº 14, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 64.962 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, especialmente no contexto dos impactos nos resultados em decorrência da pandemia da COVID-19, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que incluem os impactos ocasionados pela COVID-19 e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Instituição**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2021.